



UnB | **CEAM**

Centro de Estudos
Avançados Multidisciplinares

GRAZIELLE DA SILVA BLANCO

**O IMPACTO SOCIAL DO PROGRAMA CAMINHOS DA CIDADANIA NA
VIDA DOS(AS) ADOLESCENTES PARTICIPANTES: AVANÇOS E DESAFIOS.**

Brasília
2020

**UNB- CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INFÂNCIA,
JUVENTUDE E DIVERSIDADE-EPPIJD**

GRAZIELLE DA SILVA BLANCO

**O IMPACTO SOCIAL DO PROGRAMA CAMINHOS DA CIDADANIA NA VIDA
DOS(AS) ADOLESCENTES PARTICIPANTES: AVANÇOS E DESAFIOS.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Políticas Públicas para Infância, Juventude e Diversidade –EPPIJD/Ceam/UnB, sob orientação da professora Dra. Maria Auxiliadora Cesar.

Brasília

2020

GRAZIELLE DA SILVA BLANCO

O IMPACTO SOCIAL DO PROGRAMA CAMINHOS DA CIDADANIA NA VIDA DOS(AS) ADOLESCENTES PARTICIPANTES: AVANÇOS E DESAFIOS.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Políticas Públicas para Infância, Juventude e Diversidade –EPPIJD/Ceam/UnB, sob orientação da professora Dra. Maria Auxiliadora Cesar.

Brasília, 23 de julho de 2020

BANCA EXAMINADORA

Professora Dra. Maria Auxiliadora Cesar

Professora Mestre Patrícia Cristina da Silva Pinheiro

DEDICATÓRIA

Para minha mãe (*in memoriam*), com amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Dra. Maria Auxiliadora Cesar pelas contribuições valorosas ao longo deste trabalho e pelo afeto e carinho a mim demonstrados durante todo esse percurso.

Agradeço a todos (as) os (as) colegas de curso pelos debates e conversas tão instigantes ao longo desta jornada.

Agradeço a todos (as) os (as), professores (as) que contribuíram de maneira brilhante para a construção de novos conhecimentos agregados.

MEMORIAL

Levanta e anda. É com este trecho de uma canção do *rapper* Emicida que inicio as minhas reminiscências sobre o trajeto percorrido na pós EPPIJD-CEAM UNB. Porém, antes de adentrar especificamente aos aspectos relacionados à especialização, traço um breve relato da minha história com essa Universidade pela qual tenho tanto amor e respeito.

A UNB está na minha vida desde o início da vida adulta. Tive a honra de nela, me formar em Pedagogia. A Universidade me ensinou a refletir, a questionar e agir para ajudar a construir uma sociedade melhor. Com a ajuda dela, minha trajetória profissional tem sido, considero, vitoriosa, seja na Educação, como professora da EJA, seja na Assistência Social, atuando como pedagoga no CRAS.

Desde a minha formação, em meados de 2008, alimentava a vontade de retornar à vida acadêmica. Alguns percalços no caminho, porém, fizeram com que eu adiasse o meu desejo. Contudo, no final de 2018, quando tomei conhecimento da Especialização em Políticas Públicas para a Infância Juventude e Diversidade –EPPIJD, pensei: Uma Pós em Políticas Públicas! A minha chance de voltar à vida acadêmica, à UNB!

Particpei de todo o processo seletivo e fui selecionada. Aí veio a alegria dos meus objetivos se concretizando misturada com uma certa angústia de ter que conciliar dois empregos e uma pós presencial. Refleti sobre a experiência riquíssima de poder aprimorar a minha vida profissional com os estudos propostos, pensei na abertura de caminhos e de projetos de pesquisa para um mestrado futuro, pensei na possibilidade de troca de conhecimentos. A angústia ficou para trás.

As aulas iniciais com o professor Faleiros foram a ratificação de que ocupar os sábados inteiros com aulas valeria muito a pena! E assim foi! Professores (as) incríveis, temáticas atuais, novos conhecimentos, novos horizontes de pensamento. Trabalho, Pós. Ocupei a cabeça, ocupei o tempo com coisas maravilhosas e, assim, travei a batalha contra um diagnóstico de depressão (iniciei o tratamento em janeiro de 2019).

Ocorre que a gente vai vivendo a vida ordeiramente e, num piscar de olhos, ela nos prega peças. A peça que a vida me pregou em junho de 2019, infelizmente, vai doer para o resto da minha existência. Minha mãe, minha querida mãe, que também era minha amiga e meu porto seguro, faleceu de forma inesperada, fez sua passagem. Um buraco existencial, uma dor difícil de ser processada, uma saudade misturada com um tanto de outros sentimentos, desde então, tomaram conta dos meus dias.

A minha vida virou de cabeça pra baixo e com ela, o meu percurso na Pós. A vida ficou embaralhada, em suspenso. Pensei em desistir umas 200 vezes, mas nas 200 vezes em que pensei em desistir, contei com a sensibilidade e o afeto de colegas e professoras como a professora Cynthia que, ajustando um ponto aqui e outro ali, sempre nos apoiou no caminho. Utilizo aqui a expressão no plural porque sei que para outros colegas, a caminhada também não foi fácil.

A gente vai vivendo as batalhas da vida e, dia após dia, conseguimos forças para nos reerguer. Assim foi, dia após dia, a cada recomeço e finalização das disciplinas, o contato agradável com os professores, a sensação de saber, a cada dia, um pouquinho mais e também de nada saber acenderam em mim as chamas da curiosidade, da perseverança e da determinação para chegar até o final.

O desenvolvimento do TCC que ora apresento, devo confessar, foi um misto de angústia, sofrimento, procrastinação, dúvidas e por fim, ufaaaa (respira)... calma e satisfação. Ter a professora Maria Auxiliadora como minha orientadora foi o melhor dessa etapa final. Como ela é bonita, cativante, inteligente e principalmente afetuosa. Às vezes quando passava muitos dias sem dar notícias do trabalho, pensava: “Vou levar um pito da professora!”, mas não! Com toda paciência do mundo ela sempre foi um esteio e uma mão amiga que me amparava e dizia: “calma, não se preocupe, vai dar certo”. De tanto ela dizer que ia dar certo, não é que eu acreditei e não é que deu certo?

Meu objeto de estudo, “O impacto do Programa Caminhos da Cidadania no dia a dia dos (das) adolescentes participantes”, permitiu-me uma aproximação com este público. Através do diálogo afetuoso e da escuta atenta, percebi o quanto elas (elas) são cheios (as) de sonhos e de uma pulsão de vida que os fazem seguir, apesar de suas vidas nada fáceis. A minha consciência me acusa de que poderia ter feito um trabalho melhor, de que poderia ter escrito mais, de que poderia ter lido mais, enfim...mas um legado fundamental diz respeito ao meu carinho e atenção que certamente serão maiores com esses adolescentes depois dessa experiência.

A próxima jornada é o mestrado e a EPPIJ me aproximou dessa meta, desse sonho!

Seguirei firme e forte porque foi assim que fui ensinada, porque foi esse o exemplo que minha mãe me deixou: o de uma mulher guerreira!

Finalizo com um sentimento de profunda gratidão a todos e todas com quem pude conviver nesta jornada. Espero encontrá-los (las) novamente.

Levanta e anda!

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar o impacto do Programa Caminhos da Cidadania na vida dos(as) adolescentes participantes, seus avanços e desafios, programa da Secretaria de Desenvolvimento Social do DF (SEDES), de execução direta nos Centros de Convivência (CECONS). A partir da metodologia adotada - consulta a documentos norteadores do Programa; discussão dos conceitos: adolescência, cidadania, risco e vulnerabilidade social; observação e condução participante; aplicação de questionário a adolescentes inscritos no Coletivo do CECON de Ceilândia Norte- DF -, o trabalho foi fundamentado em uma análise relacional. Dessa forma, chegamos a algumas constatações: (a) o Programa configura-se como um espaço de acolhida e de diálogo e deve ter mais incentivo financeiro e de recursos humanos para cumprir, de forma efetiva os objetivos propostos; (b) informações valiosas apresentadas pelos(as) adolescentes demonstraram a importância do trabalho em suas vidas, a necessidade de discussão de questões de gênero, de desigualdade racial e de cultura do consumismo; (c) a bolsa financeira mensal de R\$ 190,00 paga aos (às) adolescentes participantes é uma segurança de renda afiançada pela assistência social, mas deveria ser reajustada, uma vez que desde 2011, o valor pago é o mesmo; (d) o Programa deve ser ampliado para um universo maior de adolescentes participantes, pois, levando-se em consideração o percentual de adolescentes participantes, apenas na RA Ceilândia, este número não representa sequer 0,5% da população na faixa etária compreendida entre 15 e 19 anos. Por fim, consideramos importante a ampliação do presente estudo, incluindo um universo maior de adolescentes, também os egressos(as) do Programa, além de depoimentos de seus responsáveis.

Palavras-chave: Programa Caminhos da Cidadania. Adolescência. Cidadania. Risco e Vulnerabilidade Social.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the impact of the Programa Caminhos da Cidadania on the lives of the participating adolescents, their advances and challenges, the program of the Social Development Secretariat of the Distrito Federal (SEDES), which is directly implemented at the Community Centers (CECONS). Based on the adopted methodology - consultation of the Program's guiding documents; discussion of concepts: adolescence, citizenship, risk and social vulnerability; participant observation and driving; application of a questionnaire to adolescents enrolled in the CECON's Collective of Ceilândia Norte/DF -, the work was reasoned on a relational analysis. Thus, we come to some findings: (a) the Program is configured as a space for welcome and dialogue and must have more financial and human resources incentive to effectively fulfill the proposed objectives; (b) valuable information presented by adolescents demonstrated the importance of work in their lives, the need to discuss issues of gender, racial inequality and consumer culture; (c) the R\$ 190.00 monthly financial grant paid to participating teenagers is an income security guaranteed by social assistance, but it should be readjusted, as since 2011, the amount paid didn't change; (d) the Program must be extended to a larger group of participating adolescents, given that the percentage of participating adolescents, only in RA Ceilândia, this number doesn't represent even 0.5% of the population in the age range between 15 and 19 years old. Finally, we consider it important to expand the present study, including a larger group of adolescents, also graduates of the Program, beyond the testimonies from those responsible for them.

Keywords: Pathways to Citizenship. Adolescence. Citizenship. Risk and Social Vulnerability Program.

Sumário

Introdução	10
Metodologia	11
Capítulo 1: O Programa Caminhos da Cidadania no contexto atual da Política de Assistência Social do Distrito Federal	13
Capítulo 2: Adolescência, Cidadania, Risco e Vulnerabilidade Social	17
2.1 Adolescência	17
2.2 Cidadania	19
2.3 Risco e Vulnerabilidade Social	20
Capítulo 3: O exercício prático do Programa Caminhos da Cidadania	23
3.1 Descrição dos (as) adolescentes participantes	23
3.2 Observação e condução do Coletivo	24
3.3 Análise dos Questionários Avaliativos	37
Considerações finais	43
Referências bibliográficas	46

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo analisar o Programa Caminhos da Cidadania, seus avanços e desafios, e qual impacto social causa na vida dos(as) adolescentes participantes.

O Programa Caminhos da Cidadania, tema do presente estudo, é uma das ações definidas na Política de Assistência Social do Distrito Federal e desenvolve-se nos Centros de Convivência- CECONS, conhecidos popularmente como COSES, vinculados diretamente aos CRAS e CREAS do Distrito Federal. Têm como público-alvo, adolescentes de 15 a 17 anos em situação de vulnerabilidade social. O objetivo do referido Programa consiste em assegurar convivência e proteção social e promover a defesa e afirmação dos direitos à emancipação, autonomia e cidadania, propiciando aprendizagens que são construídas na interação entre os sujeitos e o contexto social, cultural, econômico e histórico nos quais estão inseridos.

Os (as) adolescentes inscritos(as) podem ficar no Programa por até dois (2) anos ou até completarem 18 anos. Estes recebem mensalmente uma bolsa de cento e noventa reais (R\$190,00) durante o período de permanência e o pagamento está condicionado à frequência. Os grupos criados são chamados de Coletivos, compostos de quinze (15) a trinta (30) adolescentes¹.

A escolha desta temática está diretamente relacionada ao desempenho profissional² no referido Programa como Especialista em Assistência Social (EAS) pedagoga, na Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES). Durante este trabalho, o contato e a inserção no contexto da assistência social tem possibilitado, profissionalmente, o apoio para estabelecer a mediação para garantia de direitos e colaboração para construção da autonomia de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social ou outras contingências vivenciadas que os coloquem em risco e fragilidade social.

Atuando no acompanhamento familiar, bem como participando de algumas das atividades do CECON- Ceilândia Norte como técnica de referência do CRAS Ceilândia Norte para este serviço, há a reflexão constante sobre as potencialidades e fragilidades da Política de Assistência Social do Distrito Federal no atendimento à população que dela necessita. As mazelas sociais, decorrentes da extrema desigualdade social - pobreza, desemprego, baixa escolaridade, acesso deficitário às diversas políticas públicas, para citar algumas-, e que geram, portanto, vulnerabilidade social, suscitam indagações sobre a efetividade das políticas sociais

¹ Programa Caminhos da Cidadania. Disponível em: <http://www.sedest.df.gov.br/programa-caminhos-da-cidadania/>. Acesso em 3 mai. 2019.

² Como EAS- pedagoga, atuo no acompanhamento sistemático às famílias inseridas no CECON Ceilândia Norte.

direcionadas aos usuários da assistência social. Assim, pergunta-se: o trabalho desenvolvido no âmbito da assistência social do DF, particularmente no que se refere ao Programa Caminhos da Cidadania, melhora as condições sociais das pessoas ou suas ações têm somente uma função paliativa ante as diversas vulnerabilidades que atingem as populações menos favorecidas?

A partir deste questionamento, reiterado no decorrer do trabalho desenvolvido no Programa Caminhos da Cidadania, busca-se saber de que modo este Programa impacta a vida dos(as) adolescentes participantes de maneira mais sistematizada, coletando e analisando dados e informações que poderão contribuir para uma análise o mais precisa possível, apoiada na leitura de documentos e da literatura existente.

Para alcançar este propósito, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está assim organizado: no capítulo 1, intitulado “O Programa Caminhos da Cidadania no contexto atual da Política de Assistência Social do Distrito Federal”, é realizado um levantamento documental, bem como sua contextualização no âmbito da Assistência Social.

O capítulo 2, “Adolescência, Cidadania, Risco e Vulnerabilidade Social” busca compreender esses conceitos para dar suporte à análise empírica.

O capítulo 3, “O exercício prático do Programa Caminhos da Cidadania”, traz reflexões a partir do trabalho desenvolvido no Programa, por meio de observação e participação de algumas das atividades do Coletivo, realizadas entre fevereiro e março de 2020, assim como da análise das respostas a um questionário aplicado a dezessete (17) adolescentes participantes do Programa.

Nas considerações finais, é apresentado o resultado do estudo com sugestões para aprimoramento do Programa aqui analisado.

Metodologia

Este estudo, cujo tema é “O impacto social do Programa Caminhos da Cidadania na vida dos(as) adolescentes participantes: avanços e desafios”, está relacionado intrinsecamente a uma experiência prática, favorecido pela proximidade com o trabalho como EAS-pedagoga durante os últimos 8 anos.

Assim, a metodologia apresenta uma discussão relacional entre concepções conceituais e procedimentos metodológicos já utilizados no cotidiano do trabalho desenvolvido com os(as) adolescentes, apoiada na documentação e na literatura existentes.

Com esse arcabouço teórico metodológico buscamos discutir como o Programa impacta a vida desses(as) adolescentes, procurando analisar os avanços e seus desafios.

A documentação oficial consultada refere-se às políticas de assistência social, a Nacional e a do Distrito Federal, ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e ao Programa Caminhos da Cidadania e documentos correlatos, resultado de um levantamento documental realizado para contextualização da Assistência Social.

Os conceitos de “Adolescência, Cidadania, e Risco e Vulnerabilidade Social” são discutidos a partir de estudos de diferentes autores que tratam da temática, em uma confrontação e aproximação de ideias. Como vertentes analíticas, estes conceitos não são tratados de forma isolada neste estudo, mas orientam a discussão e análise do conteúdo que emerge do exercício prático apresentado no capítulo 3.

O conteúdo deste exercício prático contém o relato e a reflexão sobre o impacto do Programa para os(as) adolescentes participantes com a utilização da observação, já acumulada em momentos anteriores, e da participação em atividades do Coletivo, como são chamados os grupos de adolescentes onde foram utilizadas técnicas de trabalhos com grupos e a aplicação de um questionário, com perguntas abertas e fechadas, todos esses instrumentais orientados a discutir os temas e provocar a fala destes (as) adolescentes sobre a participação no Programa.

O conteúdo dos eixos estruturantes do Programa, a saber: Convivência Social, Participação Cidadã e Orientação Profissional, e Projeto de Vida, e alguns dos seus temas transversais, que são: Juventude e Direitos Humanos e Socioassistenciais; Juventude e Saúde; Juventude e Meio Ambiente; Juventude e Orientação Profissional e Projeto de Vida Pessoal; Juventude e Cultura e Juventude e Esporte e Lazer, apoiaram a análise do exercício prático analisado no capítulo 3.

É importante salientar que, ademais das técnicas adotadas, durante a prática profissional se obtém muitas informações que, quando objeto de reflexão, são capazes de captar informações complementares que muito auxiliam no momento de um estudo, como neste caso.

Por fim, a relação do aporte conceitual com o exercício prático é fundamental, a partir do vivido por esses(as) adolescentes, para a apreensão dessa realidade complexa e contraditória.

Capítulo 1: O Programa Caminhos da Cidadania no contexto atual da Política de Assistência Social do Distrito Federal

A promulgação da Constituição Federal de 1988 e a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 são marcos fundamentais da abertura democrática brasileira após anos de ditadura militar (1964-1985). Neste sentido, a Assistência Social, tida em outros momentos como filantrópica e assistencialista, passa a ser concebida como política pública de Estado e preconiza direitos de cidadania a todos os sujeitos. O ECA também passa a conceber crianças e adolescentes como sujeitos de garantias de direitos (FALEIROS, 2011; RIZZINI, 2011).

Sobre este novo momento da Assistência Social, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) prevê, dentre os vários equipamentos que o compõem, que os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), tenham como finalidade, além do provimento de benefícios sociais, o fortalecimento de vínculos comunitários e familiares e a prevenção de riscos sociais a novas vivências de violência.

A Assistência Social é organizada em um sistema descentralizado e participativo denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conforme estabelece a nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). O SUAS, implantado em 2005, é um sistema constituído nacionalmente com direção única, caracterizado pela gestão compartilhada e cofinanciamento das ações pelos três entes federados e pelo controle social exercido pelos Conselhos de Assistência Social dos municípios, Estados e União. No SUAS, as ações da assistência social são organizadas tendo como referência o território onde as pessoas moram, considerando suas demandas e necessidades.

Atuando complementarmente aos serviços de CRAS e CREAS, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) assumem relevante função ao atuarem na prevenção de riscos sociais e fortalecimento de vínculos comunitários e familiares. Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o SCFV configura-se como:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência

comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (BRASIL, 2009, p.9).

Apesar do esforço despendido, a partir dos preceitos estabelecidos na CF de 1988, com a organização do SUAS, verifica-se ainda muitas limitações às políticas voltadas para a adolescência e juventude. Lopes, et al. (2006), apontam que tanto as ações governamentais como as não-governamentais, geralmente, são programas escassos, fragmentados e desarticulados, no que diz respeito ao diálogo e à comunicação em rede, com outras políticas de atendimento e ainda costumam não atingir os objetivos propostos.

Destacam ainda as autoras que “faz-se necessário, ainda, refletir sobre a forma como são desenvolvidos tais projetos e ações nas diferentes áreas – saúde, assistência social, educação, cultura, justiça e outros – questionando seus limites, sua eficiência e suas metodologias” (LOPES, et al., 2006, p.125).

Abramovay, et al. (2002), em estudo intitulado “Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina, Desafios para Políticas Públicas”, ressaltam a importância da criação e implementação de programas e projetos para a juventude. Nesse contexto, os SCFV, desempenham papel crucial, pois sendo *locus* de convivência social e espaço de coletividades, podem contribuir positivamente para a execução de projetos e programas que contribuam para a proteção social da população, sobretudo a mais vulnerável.

No DF, os SCFV de execução direta do governo, têm suas ações operacionalizadas nos Centros de Convivência CECONS, conhecidos popularmente como COSES. Nos CECONS se desenvolvem atividades para todas as faixas-etárias, a partir dos 6 anos. Tais atividades englobam temas como cidadania, meio ambiente, dinamização, esporte e lazer, artesanato, dentre outros, e são supervisionadas por educadores sociais, todos com formação superior e selecionados por meio de concurso público.

O público-alvo para a participação nos CECONS é de crianças, adolescentes, adultos e idosos, geralmente, em condição de vulnerabilidade social³, que vivenciam ou vivenciaram situação de violência, negligência, isolamento social ou outras situações de violações de direitos. São provenientes de famílias acompanhadas pelos CRAS ou CREAS devido a estas contingências descritas, mas também podem vir encaminhados por órgãos da rede socioassistencial, como Conselhos Tutelares ou Judiciários, por exemplo.

³ O conceito de vulnerabilidade social será tratado no capítulo 2 deste trabalho.

O Programa Caminhos da Cidadania foi instituído pela Lei nº 4.737, de 29 de dezembro de 2011 e pela Portaria nº 202, de 23 de dezembro de 2016, “que disciplina os procedimentos operacionais para implantação do Programa”. Desenvolve-se nos CECONS do DF e tem como público-alvo, adolescentes de 15 a 17 anos que estejam em situação de vulnerabilidade social. Os(as) adolescentes inscritos(as) podem ficar no Programa por até 2 anos ou até completarem 18 anos. Recebem mensalmente uma bolsa de R\$190,00 durante o período de permanência e o pagamento está condicionado à frequência e participação.

Os grupos são chamados de Coletivos e podem ter de quinze (15) a trinta (30) adolescentes. Configuram-se como público prioritário do SCFV os (as) adolescentes⁴:

- I - Em situação de isolamento;
- II - Em situação de trabalho infantil;
- III - Em vivência de violência e/ou negligência;
- IV - Fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos;
- V - Em situação de acolhimento;
- VI - Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
- VII - Egressos de medidas socioeducativas;
- VIII - Em situação de abuso e/ou exploração sexual;
- IX - Com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- X - Em situação de rua;
- XI - Em vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

De acordo com o Caderno do Educador Social - Traçado Metodológico (2016),

A ação buscada no Programa Caminhos da Cidadania é compreendida como uma intervenção formadora, deliberada, planejada e participativa que cria situações desafiadoras que estimulam a capacidade reflexiva e crítica dos jovens e os orienta na construção e reconstrução de suas vivências na família, na escola, na comunidade e na sociedade, contribuindo para o processo de formação de sua identidade pessoal, de futuro profissional e de cidadão (BRASÍLIA, 2016, p.7).

Para tanto, os objetivos gerais do Programa consistem em:

- (1) assegurar convivência e proteção social e promover a defesa e afirmação dos direitos à emancipação, autonomia e cidadania, propiciando aprendizagens que são construídas na interação entre os sujeitos e o contexto social, cultural, econômico e histórico em que estão inseridos;
- (2) criar oportunidades de identificação de interesses e talentos;

⁴ Programa Caminhos da Cidadania. Disponível em <http://www.sedest.df.gov.br/programa-caminhos-da-cidadania/>> Acesso em 3 de mai. 2019.

(3) desenvolver capacidades e potencialidades, mediante apropriação e sistematização de informações e conhecimentos e da inclusão digital para atuação crítica e proativa em seus processos pessoais, no âmbito da orientação profissional e em seu meio social (BRASÍLIA, 2016, p.7).

Os eixos estruturantes do Programa são: Convivência Social, Participação Cidadã e Orientação Profissional, e Projeto de Vida. Em relação à Convivência Social, o Traçado Metodológico diz que:

O Programa Caminhos da Cidadania se coloca como mediador das relações que os jovens estabelecem entre si, com a família, com a comunidade e com as instituições, contribuindo para a construção de relações afetivas e vínculos estruturantes, reduzindo vulnerabilidades e promovendo potencialidades (BRASÍLIA, 2016, p.10).

Em relação à Participação Cidadã:

A formação para a cidadania supõe a sensibilização e o desenvolvimento da percepção dos jovens sobre a realidade social, econômica, cultural, ambiental e política em que estão inseridos, especialmente sobre a condição juvenil; a apropriação de seus direitos de cidadania e o reconhecimento de deveres; o estímulo ao desenvolvimento de práticas associativas e de formas de expressão e manifestação de seus interesses, visões de mundo e posicionamento no espaço público (BRASÍLIA, 2016, p.10).

Sobre a Orientação Profissional e Projeto de Vida Pessoal:

A Orientação Profissional e Projeto de Vida Pessoal definem-se aqui como processos vitais e educativos que contribuem para tornar possível aos jovens a sua existência autônoma e a sua cidadania. O trabalho é estruturador de identidades, cria espaço de pertencimento social, é organizador de práticas sociais específicas de caráter histórico e cultural, por meio das quais se constroem as condições de existência em sociedade (BRASÍLIA, 2016, p.11).

Tais eixos estruturantes norteiam os planejamentos dos Coletivos que também contam com temas transversais, tais como: Juventude e Direitos Humanos e Socioassistenciais; Juventude e Saúde; Juventude e Meio Ambiente; Juventude e Orientação Profissional e Projeto de Vida Pessoal; Juventude e Cultura e Juventude e Esporte e Lazer.

O conteúdo dos eixos estruturantes e seus temas transversais apoiam a análise deste estudo.

Após contextualização do Programa Caminhos da Cidadania, apresenta-se, no próximo capítulo, uma abordagem conceitual de Adolescência, Cidadania, Risco e Vulnerabilidade Social, categorias de análise eleitas para servir de guia teórico metodológico do presente estudo.

Capítulo 2: Adolescência, Cidadania, Risco e Vulnerabilidade Social

Uma fundamentação teórico metodológica é fundamental para traçar um eixo analítico referencial e, para cumprir este objetivo, a seguir apresentamos, a partir de autores que tratam do tema, uma discussão conceitual das categorias Adolescência, Cidadania, Risco e Vulnerabilidade.

2.1 Adolescência

Ao falar sobre adolescência faz-se um exercício reflexivo-subjetivo acerca de uma fase vivenciada por todos que chegam à vida adulta. Recordamo-nos de aspectos vivenciados nessa fase, amigos, angústias, mudanças comportamentais, relações familiares, descobertas sobre o corpo e a sexualidade.

Assim como outras fases do desenvolvimento humano, a adolescência é uma fase de descobertas e mudanças fisiológicas e psíquicas. Sob o ponto de vista fisiológico, podemos dizer que é um momento em que se vivencia a puberdade, período de transição compreendido entre a infância e adolescência, marcado pelo aparecimento de caracteres sexuais secundários, pela aceleração do crescimento e pelo início das funções reprodutivas. Se biologicamente podemos caracterizá-la dessa forma, outras características gerais, relacionadas ao comportamento adolescente, e que se naturalizaram ao longo do tempo, precisam ser questionadas.

Comumente procura-se rotular adolescentes como rebeldes, bagunceiros, transgressores, instáveis, dentre outras adjetivações pejorativas que reduzem e estereotipam a subjetividade dos sujeitos que vivenciam esta fase. Autores diversos, Yokoy de Souza, et al. (2014); Lopes de Oliveira, et al. (2014); Silva Rodrigues, et al. (2016), atentam para o fato de que é preciso repensar esta fase e desmistificar aspectos considerados universais já que aspectos culturais e contextos sociais distintos, contribuem para a vivência de diversas adolescências e não de uma adolescência específica, comum a todos.

Neste sentido, no campo da psicologia, a perspectiva histórico-cultural introduz “concepções que enfatizam a natureza relacional, mediada, dialógica e contextual dos processos de constituição dos adolescentes ao longo de suas trajetórias de vida” (SILVA RODRIGUES, et al., 2016, p. 110). Ao analisar a adolescência, levando-se em consideração o contexto social brasileiro, marcado por uma desigualdade social abissal, verifica-se por um lado, adolescentes de classes abastadas com acesso adequado a lazer, possibilidade de se dedicarem exclusivamente aos estudos, acesso a bens de consumo diversos (moda, eletroeletrônicos); e,

por outro, adolescentes que vivenciam a pobreza diariamente com a necessidade de buscarem trabalhos (na maioria das vezes, precários) para o próprio sustento e sustento da família, com acesso bastante deficitário aos espaços escolares, bem como a outros equipamentos públicos.

Portanto, ao se pensar sobre quem são os (as) adolescentes brasileiros (as), torna-se necessário situar a pergunta nesses contextos díspares que marcam, distintamente, os sujeitos. E, como no Brasil, há a tendência de se criminalizar a pobreza e os (as) adolescentes pobres, além de carregarem os rótulos universais desta fase (rebeldes, transgressores, instáveis, dentre outros), carregam outros estereótipos como violentos (as), desocupados (as), vagabundos (as). Prato cheio, portanto, para grupos conservadores pensarem em mudanças no ECA no que se refere à redução da maioridade penal, por exemplo (SILVA RODRIGUES, et al., 2016).

Voltando-nos para o ECA, é imperioso ressaltar que tal Estatuto representa um avanço importante acerca da criança e do adolescente, como sujeitos de direitos, bem como sobre a responsabilidade do Estado, da família e da sociedade civil para garantia da proteção social integral dos sujeitos nessas fases de desenvolvimento. Pensar nos (as) adolescentes brasileiros (as), primordialmente nos (as) adolescentes pobres brasileiros (as), implica em propor políticas públicas que levem em conta suas subjetividades calcadas num contexto vulnerável- já que mais expostos à vivência de violências diversas, uso de drogas ilícitas, gravidez indesejada, evasão escolar⁵, etc.- para, assim, refletir sobre propostas de autonomia e desenvolvimento das potencialidades intelectuais e sociais deste público, garantindo-lhes a possibilidade de experimentarem um ambiente sadio no estágio da adolescência e em outros estágios da vida.

Assim, a socioeducação, num espectro amplo que abrange a educação, a assistência social, dentre outros espaços comunitários pedagógicos e de desenvolvimento, deve se pautar nas premissas do ECA, dispositivo que concebe os direitos e deveres atribuídos a crianças e adolescentes, vistos como sujeitos de direitos. Ademais, “as diversas instituições socializadoras (como escola, unidades de saúde, projetos juvenis comunitários, etc.) possuem um papel importantíssimo na proteção social, na promoção do desenvolvimento e na garantia dos direitos dos nossos adolescentes” (YOKOY DE SOUZA, et.al., 2013, p. 144).

⁵ As nove principais vulnerabilidades enfrentadas pelos adolescentes brasileiros são: pobreza e a pobreza extrema; a baixa escolaridade; a exploração no trabalho; a privação da convivência familiar e comunitária; os homicídios; a gravidez na adolescência; as doenças sexualmente transmissíveis e Aids; o abuso e a exploração sexuais; e o abuso de drogas (UNICEF, 2011 *apud* YOKOY DE SOUZA, 2014).

2.2 Cidadania

O contexto brasileiro de redemocratização que teve como marco primordial a elaboração de Constituição Federal brasileira de 1988, assegurou vários direitos e garantias fundamentais à população brasileira. O artigo 1º da CF de 1988 diz que:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Por seu caráter plural e democrático, a Constituição de 1988 foi chamada popularmente de Constituição Cidadã por abarcar um pluralismo de ideias e a inclusão social. Mas o que é de fato cidadania?

Cidadania é um conceito que se constitui ao longo do tempo, sofre diversas variações e não há uma concepção universal; cada país, nação, destaca o que se constitui como cidadania. Em países democráticos, cujos representantes são eleitos pela população, o direito ao voto se constitui como um dos pilares inalienáveis da cidadania; em outros países não democráticos, esse mesmo direito (ao voto) pelos seus cidadãos é algo impensável. A cidadania reflete o que cada sociedade elenca como direitos e deveres dos seus cidadãos.

De acordo com Pinsky (2013), ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. O mesmo autor estende o conceito de cidadania aos direitos sociais, quais sejam: direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila.

Carvalho (2008), cita três desdobramentos fundamentais da cidadania: civis, políticos e sociais. Para o autor, “os direitos civis garantem a vida em sociedade, os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade e os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva” (CARVALHO, 2008, p. 10). Contudo, nem sempre tais direitos são plenamente contemplados. Voltando-se para o contexto brasileiro, percebe-se claramente várias violações de direitos quanto ao acesso às políticas públicas que garantiriam os mínimos sociais à população, principalmente àquela mais desprovida dos meios de subsistência.

A despeito de a Constituição de 1988 representar vários avanços quanto aos direitos sociais que incluem vida digna, educação, saúde, segurança, emprego, assistência social, a disjunção entre o que está preconizado na letra da lei e o que de fato ocorre, ainda hoje, é

gritante. O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, de acordo com relatório da Oxfam-Brasil, intitulado “A distância que nos une- um retrato da realidade brasileira”:

Apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. E mais: os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%. Por aqui, uma trabalhadora que ganha um salário mínimo por mês levará 19 anos para receber o equivalente aos rendimentos de um super rico em um único mês (OXFAM - BRASIL, 2017, p. 06).

Tal abismo social se revela em oportunidades desiguais em todas as esferas. No Brasil coabitam dois mundos distintos, um exclusivo e bastante restrito para os muitos ricos, que têm uma educação diferenciada, acesso à saúde de qualidade (porque podem pagar por planos de saúde), proteção da segurança pública (porque a segurança pública é mais ostensiva em cidades e bairros onde prevaleçam moradores mais abastados) e privada (porque podem pagar por mecanismos de segurança), além de acesso a lazer, cultura, dentre outros marcadores de pleno desenvolvimento humano.

Em contrapartida, para a maioria esmagadora da população brasileira, a situação é oposta. A ausência de possibilidades e de acesso às políticas públicas impera. Para este segmento, restam-lhe escolas mal equipadas, com professores sobrecarregados e mal remunerados; uma saúde pública de dar indignação por conta das filas intermináveis, da ausência de médicos e de equipamentos adequados para o atendimento à população; pela ausência de segurança o que lhes causa exposições a riscos sociais, além da falta de oportunidades profissionais que acarreta em ausência de renda.

Para Carvalho (2008, p.9), “uma cidadania plena que combine liberdade, participação e igualdade para todos é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível. Mas ele tem servido de parâmetro para julgamento da qualidade da cidadania em cada país e em cada momento histórico”. Neste sentido, verifica-se que a violação aos direitos sociais preconizados na Constituição Federal de 1988 ao contingente populacional menos favorecido impede a cidadania plena destes, o que, conseqüentemente, implica em risco e vulnerabilidade social.

2.3 Risco e Vulnerabilidade Social

Autores que estudam o conceito de vulnerabilidade social (JANCZURA, 2012; MONTEIRO, 2011; ABRAMOVAY, et al., 2002), são enfáticos em afirmar que não há um conceito claro e definitivo a esse respeito. Janczura (2012), atenta para o fato de que conceitos como risco e vulnerabilidade são empregados em diversas áreas do conhecimento e sofrem variações de acordo com o contexto empregado não sendo o mesmo nas áreas das ciências

biológicas ou de humanas, por exemplo. Segundo a autora, “a palavra vulnerável origina-se do verbo latim *vulnerare*, que significa ferir, penetrar. Por essas razões etimológicas, vulnerabilidade é um termo geralmente usado na referência de predisposição a desordens ou de susceptibilidade ao estresse” (JANCZURA, 2012, p.302).

Fazendo uma revisão bibliográfica das contribuições já existentes na área social para o conceito de vulnerabilidade, Carneiro e Veiga (2004, *apud* Janczura, 2012, p.304) definem vulnerabilidade como “exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica e comportamental de famílias e pessoas para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam”.

Janczura (2012), afirma que há uma relação estreita entre risco e vulnerabilidade social, embora os conceitos não sejam os mesmos e haja, muitas vezes, uma confusão entre as duas concepções. Para a autora, “a noção de risco implica não somente iminência imediata de um perigo, mas também a possibilidade de, num futuro próximo, ocorrer uma perda de qualidade de vida pela ausência de ação preventiva” (JANCZURA, 2012, p.306).

Já Abramovay et al. (2002, p.29), definem dessa forma o conceito de vulnerabilidade social:

A vulnerabilidade social é tratada aqui como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade. Esse resultado se traduz em debilidades ou desvantagens para o desempenho e mobilidade social dos atores.

O conceito de vulnerabilidade social, por ser um termo usual no âmbito da assistência social, também merece enfoque nos documentos que norteiam a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Dessa forma, de acordo com o documento Orientações Técnicas sobre o PAIF-volume 1:

A PNAS/2004 não traz explicitamente o conceito de vulnerabilidade social, mas aponta que as situações de vulnerabilidade podem decorrer: da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, intempérie ou calamidade, fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social decorrentes de discriminações étnicas, de gênero, relacionadas à sexualidade, deficiência, entre outros, a que estão expostas famílias e indivíduos, e que dificultam seu acesso aos direitos e exigem proteção social do Estado (BRASIL, 2012, p. 12).

Neste sentido, o mesmo documento traz os seguintes apontamentos sobre o conceito de vulnerabilidade social:

- a) A vulnerabilidade não é sinônimo de pobreza. A pobreza é uma condição que agrava a vulnerabilidade vivenciada pelas famílias;
- b) A vulnerabilidade não é um estado, uma condição dada, mas uma zona instável que as famílias podem atravessar, nela recair ou nela permanecer ao longo de sua história;
- c) A vulnerabilidade é um fenômeno complexo e multifacetado, não se manifestando da mesma forma, o que exige uma análise especializada para sua apreensão e respostas intersetoriais para seu enfrentamento;
- d) A vulnerabilidade, se não compreendida e enfrentada, tende a gerar ciclos intergeracionais de reprodução das situações de vulnerabilidade vivenciadas;
- e) As situações de vulnerabilidade social não prevenidas ou enfrentadas tendem a tornar-se uma situação de risco (BRASIL, 2012, p.14-15).

Yokoy de Souza et al. (2014), destacam que, para além da vulnerabilidade material, existe também um tipo de vulnerabilidade relacional que diz respeito a características socioculturais desvalorizadas, que sofrem preconceito, discriminação e que geram desigualdades. As autoras citam alguns tipos de vulnerabilidades relacionais: preconceitos e as discriminações, o abandono, a apartação, o confinamento, o isolamento e as violências.

Sobre as condições de risco e vulnerabilidade social de adolescentes e jovens, Abramovay et al. (2002), afirmam que níveis de escolaridade baixos, oferta de uma educação formal deficitária, falta de acesso a lazer, cultura, e a outras políticas públicas, como programas de saúde e/ou programas sociais adequados, aumentam a exposição a riscos sociais e conseqüentemente à violência. Portanto, melhorar o acesso desses jovens a serviços mais qualificados e que contribua para o protagonismo juvenil⁶ são medidas que certamente contribuirão para ampliar a cidadania desses jovens, além de prevenir possíveis situações de vulnerabilidade e risco social.

No capítulo seguinte relatamos a face da realidade captada da própria experiência prática no Programa em questão a partir da fala dos próprios sujeitos da ação e das respostas do questionário avaliativo.

⁶ Segundo Abramovay et al. (2002, p. 67), o protagonismo juvenil é parte de um método de educação para a cidadania que prima pelo desenvolvimento de atividades em que o jovem ocupa uma posição de centralidade, e sua opinião e participação são valorizadas em todos os momentos.

Capítulo 3: O exercício prático do Programa Caminhos da Cidadania

Durante os meses de fevereiro e março de 2020, foi realizado o acompanhamento sistemático do Coletivo do Caminhos da Cidadania executado no CECON Ceilândia Norte, vinculado diretamente ao CRAS da mesma cidade, local da prática profissional como pedagoga. Esse acompanhamento foi dividido em três momentos: (i) observação; (ii) participação ativa como condutora das atividades, em parceria com a educadora social responsável pelo Coletivo; (iii) aplicação do questionário avaliativo a dezessete (17) adolescentes.

Embora o acompanhamento sistemático, faça parte da atuação profissional como EAS-Pedagoga e como técnica de referência para o SCFV, ressalta-se que houve o cuidado de solicitar autorização para realizar as atividades, tanto para a SEDES, quanto para as famílias dos(as) adolescentes participantes, explicando a finalidade do estudo.

Para maior clareza da exposição, este capítulo será subdividido em três tópicos, a saber: 3.1 Descrição dos (as) adolescentes participantes; 3.2 Observação e condução do Coletivo; 3.3 Aplicação do Questionário Avaliativo.

3.1 Descrição dos (as) adolescentes participantes

Do Coletivo participam atualmente vinte e seis (26) adolescentes, sendo dez (10) do sexo feminino e dezesseis (16) do masculino, todos(as) com idades entre 15 e 17 anos. Destes, segundo informações da ficha de inscrição, vinte (20) se autodeclararam pardos e seis (6) pretos. Deste total, quinze (15) são oriundos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; infere-se, por conseguinte, que são de famílias consideradas de pobreza ou extrema pobreza, de acordo com critérios estabelecidos para concessão de tal benefício. De acordo com informações do site do Ministério da Cidadania, o Programa Bolsa Família atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza. Foi utilizado um limite de renda para definir esses dois patamares. Assim, podem fazer parte do Programa: todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 89,00 mensais; e famílias com renda por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos⁷.

De acordo com o público prioritário descrito para o Programa Caminhos da Cidadania, cinco (5) adolescentes encontram-se em defasagem idade/série superior a dois anos e um (1) adolescente em decorrência de vivência de violência.

⁷ Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.gov.br/servicos/bolsa-familia/> Acesso em 09 de março de 2020.

As famílias dos(as) adolescentes são acompanhadas pelos CRAS ou CREAS devido a suas situações de pobreza ou extrema pobreza e estão inseridas no PAIF ou PAEFI, respectivamente, cujos objetivos, dentre outros, são: o fortalecimento de vínculos comunitário e familiares e o enfrentamento das vulnerabilidades e riscos sociais. Para tanto, a depender das dificuldades vivenciadas por famílias ou indivíduos, CRAS e CREAS podem lançar mão de uma série de provisões suplementares e provisórias a fim de contribuir para mitigar as contingências: solicitação de benefícios⁸, como cestas de alimentos, auxílio em situação de vulnerabilidade temporária, benefício excepcional, e encaminhamentos diversos para as áreas de saúde, justiça, educação, trabalho, inserção em grupos e oficinas, dentre outras ações que alicerçam as garantias de acolhida e de proteção social.

3.2 Observação e condução do Coletivo

Neste período houve participação em dois (2) encontros como ouvinte e de um (1) como condutora do Coletivo, em parceria com a educadora social, referência para o Programa, com duração de três (3) horas, cujo objetivo consistiu em compreender o impacto do Programa no dia a dia dos(as) adolescentes participantes.

Os dois encontros como ouvinte foram conduzidos por uma educadora social do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). A parceria entre o Programa Caminhos da Cidadania e o CIEE faz parte do eixo estruturante Orientação Profissional e Projeto de Vida e surgiu da constatação pelo CIEE, da necessidade de uma preparação mais adequada dos(as) adolescentes oriundos de camadas sociais mais vulneráveis para poder concorrer às vagas de estágio ou jovem aprendiz e lograr um bom desempenho.

O CIEE é um programa não governamental que seleciona jovens que estejam estudando para vagas de estágio ou jovem aprendiz, de acordo com a legislação vigente Lei nº 10.097/2000 De acordo com a justificativa para a parceria, no processo de seleção os(as) adolescentes oriundos das camadas mais pobres da sociedade, por vezes, ficavam em situação de desvantagem em relação às avaliações voltadas para comunicação oral e escrita, desenvoltura, etc. Neste sentido, a parceria entre CIEE e o Programa Caminhos da Cidadania prevê uma mini formação de 20 horas na qual os (as) adolescentes recebem diversas orientações sobre primeiro

⁸ Para saber mais sobre os benefícios socioassistenciais do Distrito Federal, ver a Lei nº 5.165, de 04 de setembro de 2013 que “dispõe sobre os benefícios eventuais da Política de Assistência Social do Distrito Federal e dá outras providências”.

emprego e trabalho e ao final do curso, além do certificado de formação, são direcionados (as) para inscrição e possível inserção no mercado de trabalho.

A despeito da intenção notável da parceria e da tentativa de se buscar meios para promoção da autonomia desses adolescentes em busca do primeiro emprego, faz-se necessária a compreensão de que tal iniciativa não se trata de benevolência ou simplesmente uma ação solidária, pois as empresas, além de contratarem os (as) adolescentes com um salário menor, recebem vários incentivos fiscais do Estado.

Passetti (2016), ao abordar as parcerias sociais entre Estado e entidades não-governamentais salienta que:

A nova filantropia funciona no campo do atendimento, como meio para a contenção de custos do Estado e, simultaneamente como geradora de empregos no âmbito privado. Ela responde socialmente pela superação do desemprego de funcionários na esfera governamental, ao mesmo tempo que libera os empresários para a filantropia, reduzindo o pagamento de seus impostos (PASSETTI, 2016, p. 368).

No primeiro encontro como ouvinte, a orientadora do CIEE conduziu as atividades de apresentação através da dinâmica Quem Sou Eu. Em uma folha A4, os (as) adolescentes participantes escreviam o que gostavam de fazer, seus gostos e preferências. Em seguida, em dois post-its distintos, foi solicitado que eles e elas escrevessem o que queriam receber e o que queriam doar nos encontros.

As apresentações seguiram-se, e os adolescentes, de maneira geral, abordaram suas preferências, ‘mexer no celular’, ‘jogar bola’, ‘desenhar’, dentre outras. Falaram também um pouco de suas qualidades: ‘compreensivo’, ‘determinado’, ‘esforçado’, dentre outras. Porém a fala julgada mais significativa foi a de um adolescente de 16 anos que, ao se apresentar, verbalizou: ‘profissão: desempregado’. Tal fala ocasionou uma reflexão, pois se esse adolescente estivesse inserido em um outro contexto, em uma outra realidade, com mais condições e meios de sobrevivência, sua fala seria a mesma? Talvez não.

A fala exemplifica a necessidade do trabalho precoce na vida de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Estudos comprovam que tal público, recorrentemente, necessita abandonar ou interromper os estudos para poder trabalhar e ajudar no sustento da família. Oliveira, et al. (2001), abordam a temática do trabalho na vida dos (as) adolescentes, e buscam fatores, tanto no cotidiano quanto nos fenômenos sociais mais abrangentes, para compreender o significado do trabalho precoce na vida dos (as) adolescentes. As autoras citam que “a origem do trabalho do menor está possivelmente relacionada à pobreza familiar e sua

inserção no mercado de trabalho formal ou informal surge como meio de garantir/ auxiliar a sobrevivência da família” (OLIVEIRA, et al., 2001, p.84).

Ao abordarem fatores estruturais para a inserção precoce do adolescente no mundo do trabalho, as mesmas autoras salientam que:

Um fator contextual, complexo e muito abrangente que também determina o trabalho do jovem é a concentração de renda em nosso país, que pode ser considerada umas das piores distribuições de renda, expressa nos baixos salários, nos índices de desemprego, no número de excluídos vivendo à margem da sociedade, nos indicadores de educação, saúde, mortalidade infantil, esperança de vida e principalmente, no número de crianças e jovens trabalhando (OLIVEIRA, et al, 2001, p.88).

Ainda sobre a questão do trabalho precoce de adolescentes, Abramovay, et al. (2002), explicitam que por diversas vezes, esta inserção prematura ocasiona a evasão escolar dada a prioridade e a necessidade de obter renda, mesmo que baixa e em condições inadequadas, em detrimento de sua continuidade nos estudos.

Como dito acima, o eixo estruturante Orientação Profissional e Projeto de Vida, bem como a parceria com o CIEE seguem a legislação vigente sobre o emprego para adolescentes. Neste sentido, a Lei nº 10.097/2000 é clara ao estabelecer como mínima a idade de 14 anos para inserção no mundo do trabalho; ademais, a jornada de trabalho não deve ser superior a seis (6) horas diárias, além de determinar que os (as) adolescentes estejam estudando. Sabe-se, contudo, que dadas as situações de vulnerabilidade social, que inclui a condição de pobreza econômica e material , muitas crianças e adolescentes brasileiros ainda estão no mercado informal de trabalho, exercendo ilegalmente profissões degradantes para a sua faixa -etária, em semáforos, como ambulantes, vigilantes de carro, e outros similares. Para se ter uma ideia deste problema que ainda persiste, de acordo com dados da PNAD (2015):

[Em 2015] Encontravam-se na situação de trabalho infantil – grupo de 5 a 13 anos de idade – 412 mil pessoas. Destas, 79 mil estavam no grupo de 5 a 9 anos de idade; 333 mil, no grupo de 10 a 13 anos de idade; e 2,3 milhões, no grupo de 14 a 17 anos de idade. Assim, dos 2,7 milhões de pessoas ocupadas no grupo de 5 a 17 anos de idade, 15,4% correspondiam a pessoas na situação de trabalho infantil [...]. Nas Regiões Norte e Nordeste, essa proporção subiu para 21,6% e 21,2%, respectivamente (IBGE, 2015, *online*).

No segundo encontro, o objetivo consistiu em explorar o autoconhecimento dos(as) adolescentes por meio de atividades tais como: pontuar aspectos negativos e positivos de suas

personalidades, aprender a fazer um currículo de forma adequada e preencher inscrição para o programa Jovem Aprendiz do CIEE.

O terceiro encontro como condutora junto à educadora social do CECON, responsável pelo Coletivo, objetivou analisar o impacto do Programa Caminhos da Cidadania no dia a dia dos (as) adolescentes participantes.

Estiveram presentes doze (12) adolescentes, cinco (5) do sexo feminino e sete (7) do masculino. No primeiro momento, foram formados subgrupos de três (3) a quatro (4) participantes, e distribuídos materiais tais como: papel pardo, cartolina, crepom, canetas hidrográficas, giz-de-cera, lã, tesoura, cola, barbante; foram orientados a confeccionar um amigo (boneco) imaginário, utilizando estes materiais. Assim que concluíram esta etapa, foi solicitado aos (às) adolescentes que atribuíssem uma identidade aos bonecos, a partir das seguintes questões/perguntas: a) nome; b) idade; c) uma qualidade; d) um defeito; e) o que gosta de fazer; f) maiores dificuldades encontradas no dia a dia. Ademais, solicitamos que pensassem, hipoteticamente, que o tal boneco também fosse, assim como eles/elas, participantes do Programa Caminhos da Cidadania e, para tanto, uma última questão a responder: g) ele/ela gosta de participar do Programa? Por quê?

Esta atividade teve a intenção de, através da dinâmica de criação do personagem, obter as opiniões dos(as) adolescentes de forma lúdica e mais espontânea. Entende-se, portanto, a atividade como elucidativa de importantes fatos e situações que os (as) próprios(as) adolescentes enfrentam cotidianamente.

Em seguida o trabalho foi socializado no grupo. Como qualidades atribuídas aos bonecos estão: ‘extrovertido’, ‘estudioso’, ‘alegre’. Já os defeitos consistiram em algumas características físicas do tipo ‘boca pequena’ e outras relativas à personalidade, como ‘patricinha’ e ‘viciado em jogos’. Sobre as dificuldades enfrentadas, os(as) participantes conferiram aos bonecos as seguintes problemáticas: ‘dificuldade para jogar bola’, pois um dos bonecos teria pinos nas pernas, o que o impossibilitava de exercer o esporte, e outros elencaram o preconceito de gênero pela bissexualidade e o de raça, por conta da cor negra.

Faz-se necessário tecer algumas considerações sobre os preconceitos elencados pelos(as) adolescentes, ligados à sexualidade e raça. Questões de raça e de gênero permeiam a sociedade e, por desconhecimento, informações distorcidas ou até mesmo tabus ideológicos, geram uma série de preconceitos e discriminação. Os (as) adolescentes, inseridos neste contexto, necessitam de educação sexual e educação das relações étnico-raciais como forma de contribuir para que se tenha cidadãos mais conscientes e livres de preconceitos.

Sexualidade e adolescência são temas indissociáveis, uma vez que é nesta fase que ocorrem mudanças significativas na fisiologia do corpo humano, a puberdade; fase também da descoberta da atração sexual e conseqüentemente da iniciação sexual. Junto com a atração e com as diversas descobertas desse período, há também uma maior exposição a riscos relacionados ao ato sexual como as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), gravidez precoce, aborto inseguro, dentre outros (MARTINS e SOUZA, 2013; ABRAMOVAY, et al., 2004).

Costa et al. (2001), ao analisarem a sexualidade na adolescência indicam a importância de se trabalhar esta temática com os (as) adolescentes para que estes tenham mais clareza sobre identidades sexuais (identidade de gênero, papel de gênero e orientação sexual), sobre a importância do uso de preservativos nas relações sexuais, sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), assim como 'o porquê' do combate à homofobia e à discriminação de gênero. Afirmam as autoras que:

Para promover a educação sexual de forma adequada, é necessário que, além da empatia e trato do assunto com naturalidade, o educador tenha bom nível de conhecimento sobre determinados conceitos e características da sexualidade humana, imprescindíveis à discussão dos temas relacionados. A educação para a sexualidade é um processo contínuo, vinculado à formação de crianças e jovens que, além das informações científicas, oferece esclarecimentos para a compreensão e o desenvolvimento da sexualidade, de forma plena e saudável, em diferentes momentos da vida (COSTA, et al., 2001, p. 221).

Desde a década de 1990, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), documento norteador para ações curriculares pedagógicas, lançado em 1997 pelo Ministério da Educação (MEC), elenca como um de seus temas transversais a Orientação Sexual:

A Orientação Sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Tal intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, de cunho psicoterapêutico e enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade. Diferencia-se também da educação realizada pela família, pois possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de determinados valores sobre outros (MEC, 1997, p. 28).

A despeito da necessidade precípua de se abordar esta temática de forma mais sistematizada em vários espaços de educação formal (escolas, projetos sociais, etc.), ainda se verificam vários entraves a sua implementação e execução. Abramovay, et al.(2004), indicam alguns empecilhos a esse respeito: dificuldade de diálogo entre diferentes gerações, provocadas,

por tabus ideológicos; um pensamento equivocado de que, ao se abordar o tema sexualidade, pode-se estar incentivando o ato sexual; despreparo de professores e outros profissionais para lidar com este assunto; dificuldades impostas pelas famílias ao tratar o tema como saliência; a questão da homofobia; do machismo, dentre outros.

Para além dos empecilhos, Abramovay, et. al. (2004), amparadas por resultados de pesquisas sobre sexualidade e juventude, também tecem recomendações sobre como esta temática possa ser mais adequadamente trabalhada, dada a sua importância prioritária para a adolescência e juventude. Neste sentido, algumas das recomendações são: investir em programas nacionais e regionais voltados ao tema da sexualidade, maior investimento na capacitação de profissionais; realizar pesquisas e avaliações de projetos e programas de forma contínua; apoiar redes de direitos humanos voltadas a denúncias sobre violências sexuais e discriminações por conta da opção sexual; apoiar projetos que combatam o machismo e a violência de gênero; investimento em espaços de diálogos com pais e mães de temas voltados à sexualidade.

Em se tratando das relações étnico-raciais no Brasil, de acordo com as fichas de inscrição, dos(as) vinte e seis (26) adolescentes participantes, vinte e quatro (24) se declararam pretos ou pardos. De acordo com o informativo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” (IBGE, 2018), a população brasileira em 2018 era de cerca de 204 milhões de pessoas. Desse contingente, a população autodeclarada preta ou parda representava 55,8% do total. Ainda assim, quando se tem alguns indicativos sociais como parâmetros de comparação entre pessoas pretas/pardas e pessoas brancas, verifica-se, ainda hoje, uma discrepância sociorracial em desfavor da população negra. Por exemplo, em relação ao mercado de trabalho, em 2018, 68,6% dos cargos gerenciais eram ocupados por brancos e 29,9% eram ocupados por pretos/pardos; sobre os dados relativos a pessoas abaixo da linha da pobreza⁹, em 2018 19% da população branca estava nessa situação, enquanto que a população preta ou parda representou 41,7%, ou seja, mais que o dobro da população branca; sobre a taxa de analfabetismo¹⁰, em 2018, a população branca representava 3,9% deste contingente, enquanto que na população preta ou parda contabilizava 9,1%; sobre a representação política, nas eleições de 2018, 75,6% dos cargos foram preenchidos por pessoas brancas contra 24,4% de pessoas pretas ou pardas (IBGE, 2018, p.1).

⁹ Inferior a US\$ 5,50/dia.

¹⁰ Para pessoas com 15 anos ou mais.

Esse abismo sociorracial é resultado do racismo, preconceito e discriminação racial aos quais a população negra esteve exposta desde a época da colonização. São diversos os autores que se dedicam à temática racial e denunciam o racismo brasileiro, como D'adesky (2005), Piza (2005), para citar alguns.

A sociedade brasileira, em seu racismo velado, dissemina um ideal de branqueamento o qual promove um modo de comportamento etnocêntrico supervalorizando a identidade e cultura europeia em detrimento da identidade e cultura africana e afro-brasileira. De acordo com Borges, Medeiros e d'Adesky (2002), o termo etnocentrismo designa o sentimento de superioridade que uma cultura tem em relação às outras. O etnocentrismo baseia-se na recusa da diferença e no sentimento de desconfiança em relação ao outro, visto como um estranho ou mesmo como um inimigo potencial; está, portanto, enraizado no inconsciente do ser humano, o que torna difícil seu controle. Num contexto normal, o etnocentrismo não alimenta o desejo de perseguir o outro, mas simplesmente o de evitá-lo. Nesse sentido pode carregar a condição necessária ao racismo; contudo, não é base suficiente para que o racismo se expanda. Deve-se observar, portanto, que para passar do etnocentrismo ao racismo é necessário que, além da recusa do outro com base nas diferenças objetivas, se acrescente a ideia de uma diferença biológica imaginária e falsa.

Como consequência desta problemática, os dados estatísticos comprovam as discrepâncias existentes entre brancos e pretos ou pardos, sempre em desfavor para a população negra em todas as esferas, como salientado anteriormente e, para além disto, tem-se também o racismo velado que se revela no dia a dia de forma institucionalizada e naturalizada, em atitudes corriqueiras como por exemplo, no olhar desconfiado que pesa sobre um negro ao transitar pela rua, quando o morador negro de algum espaço privilegiado é equivocadamente advertido de que o elevador de serviço é outro, nos programas televisivos cuja representatividade de pessoas negras é ínfima, na ausência de pessoas negras em cargos de chefia ou na nítida preferência de pessoas brancas para preenchimento de vagas de emprego, na ausente representatividade negra em vários espaços públicos ou privados.

Voltando aos aspectos relacionados à juventude e adolescência, a juventude preta ou parda e periférica é duplamente alvo de toda essa violência advinda do preconceito, racismo e discriminação racial, por ser pobre e por ser negra. O mesmo estudo do IBGE, “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, destaca que:

Em todos os grupos etários, a taxa de homicídios da população preta ou parda superou a da população branca, contudo, é preciso destacar a violência letal a que os jovens pretos ou pardos de 15 a 29 anos estão submetidos: nesse grupo, a taxa chegou a 98,5

em 2017, contra 34,0 entre os jovens brancos. Considerando os jovens pretos ou pardos do sexo masculino, a taxa, inclusive, chegou a atingir 185,0 (IBGE, 2019, p. 10).

Piza (2005), em artigo intitulado “Racismo e Adolescência: uma breve reflexão”, tece reflexões sobre como os adolescentes são atingidos pelo ideal de branqueamento. Segundo a autora,

Em uma cultura de consumo de massa, os padrões de vida da classe média branca tendem a estabelecer comportamentos específicos de adolescentes e jovens, em relação aos seus coetâneos ‘diferentes’, em termos de preconceito e discriminação. Os relatos de adolescentes e jovens negros apontam que nesta fase, as diferenças são nitidamente demarcadas e o preconceito e a discriminação se acentuam entre colegas, na escola e no lazer (PIZA, 2005, p.06).

A mesma autora afirma ainda que

Os espaços onde a convivência [entre pretos ou pardos e brancos] pode ser maior, como nas periferias das grandes cidades, não isentam pessoas de ostentarem conscientemente ou não sua branquidade, no momento em que por exemplo, a professora (branca ou negra) escolhe o aluno negro como objeto de preconceito e discriminação e silencia sobre o ato discriminatório do aluno branco (PIZA, 2005, p.6).

A autora finaliza alertando sobre a responsabilidade de se oferecer um maior campo de visão e ação para que “as escolhas possam se dar em diferentes direções sob diferentes valores e voltadas para a multiplicidade de experiências que todo ser humano deveria partilhar” (PIZA, 2005, p.8).

A Lei nº 10.639/2003 prevê, como forma de valorizar a identidade negra do povo brasileiro, que as escolas obrigatoriamente trabalhem a história e cultura afro-brasileira, ação importantíssima para quebrar o ciclo de racismo e fortalecer positivamente a autoimagem da população preta ou parda. Indo ao encontro do que diz a autora Piza (2005), de se oferecer um maior campo de visão e ação, é portanto, imperioso que projetos e Programas voltados para adolescentes como o Caminhos da Cidadania também ampliem a temática sobre a questão das relações étnico raciais e desenvolva em seus adolescentes uma consciência antirracista.

Retomando os resultados da atividade realizada no Coletivo, os sonhos atribuídos aos bonecos foram: ‘viajar para fora do país’, ‘ser patrocinado por marca de roupa’ e ‘colocação de uma prótese’ (para o boneco que supostamente tinha pinos nas pernas). Sobre os gostos dos

bonecos, foram atribuídas as seguintes preferências: jogar ‘biloca’¹¹, ‘estudar’, ‘conversar’, ‘cozinhar’, ‘sair’, ‘vestir roupa de marca’.

A partir destas falas, faz-se necessária a reflexão sobre uma outra questão concernente não só aos (às) adolescentes, mas à sociedade como um todo. Vivemos hoje em um mundo globalizado, com a predominância do sistema capitalista, cuja ideologia é claramente voltada para interesses mercadológicos e a lucratividade econômica é o seu objetivo máximo. Neste sentido, os cidadãos são vistos, antes de mais nada, como consumidores em potencial.

No contexto atual, vale a máxima: você é o que você tem. Bauman (2009), ao se debruçar sobre a vida do consumo, a explicita da seguinte maneira: “uma sociedade de consumidores [...] é uma sociedade que ‘interpela’ seus membros basicamente, ou talvez até exclusivamente, como consumidores; e uma sociedade que julga e avalia seus membros principalmente por suas capacidades e sua conduta relacionadas ao consumo” (BAUMAN, 2009, p.108).

O autor vai além ao abordar o termo consumismo: “na hierarquia herdada de valores reconhecidos, a síndrome consumista degradou a duração e promoveu a transitoriedade.” (BAUMAN, 2009, p.109). Não é difícil compreender esta afirmação no contexto atual, pois a todo momento as pessoas são compelidas a agirem de forma a comprar e descartar de forma desenfreada; os bens de consumo adquirem um valor simbólico de status social, portanto, não é interessante ficar mais de um ano com o mesmo celular, por exemplo, mesmo que este esteja em boas condições de uso. O ímpeto da troca, seja do celular ou de outro produto, é induzido pela fabricação, ano a ano, de produtos que cumprem a mesma função, mas que geram o status reconhecido, aprovado e privilegiado de consumidor, a sensação de pertencimento a uma camada social mais alta da sociedade, incentivado pelos meios de comunicação e de propaganda.

Silva e Flain (2017), num estudo sobre capitalismo e consumismo, salientam:

A sociedade contemporânea, apelidada de sociedade do consumo, atende aos apelos e à ideologia do sistema capitalista, e consome excessivamente, muitas vezes sem uma real necessidade. Nessa sociedade, o consumismo é induzido pela grande oferta de produtos e pela publicidade que cria a necessidade de adquirir novos objetos e satisfazer desejos, fortalecendo identidades individuais e laços sociais por meio da aquisição de bens (SILVA e FLAIN, 2017, p.359).

¹¹Brincadeira tradicional com bolinhas de vidro.

Essa lógica capitalista do consumismo, cujo valor da pessoa é medido por aquilo que ela possui em termos de bens de consumo, é cruel também em vários aspectos ambientais, porque exaure os recursos naturais da Terra, colapsa o meio ambiente e expõe todos a riscos de proporções planetárias. Para além dessa questão, é um mecanismo completamente excludente. Devido à desigualdade social profunda que concentra a riqueza nas mãos de poucos, a imensa maioria da população não consome sequer o básico para a própria sobrevivência.

Quando os adolescentes atribuem aos bonecos o sonho de serem patrocinados por marcas de roupa ou vestirem marca, são revelados aspectos acerca da cultura do consumismo e da ostentação que perpassam as suas vivências, influenciando comportamentos, gostos e atitudes. Tal influência, às vezes, é pano de fundo para que muitos (as) adolescentes, principalmente os que vivenciam situações de vulnerabilidade social, diante de toda ausência de possibilidades no âmbito educacional e profissional, encontrem na criminalidade uma maneira de obter recursos para terem os objetos de desejo ou simplesmente para ajudar no sustento da casa.

Nessa linha de pensamento e analisando os fatores de risco que podem desencadear a conexão entre adolescentes e jovens com a criminalidade, autores como Paula et al. (2017), citam as dificuldades econômicas como uma das contingências, ao salientarem que:

Do ponto de vista preventivo, se faz necessária a compreensão dos fatores de risco que contribuem para o incremento da violência no segmento juvenil. Isso deve ocorrer a partir de avaliações rigorosas e aprofundadas, abarcando distintos métodos e instrumentos científicos. Sobretudo, é consenso que alguns fatores de risco podem ser vistos como desencadeadores do envolvimento desses adolescentes com a criminalidade, tais como: a fragilidade nos vínculos familiares, o abandono escolar, o uso de drogas por parte dos pais ou amigos, as dificuldades econômicas, dentre outros aspectos. Tais fatores não devem ser considerados a partir de uma leitura mecanicista ou determinista, eles fornecem pistas, indícios importantes que precisam ser contextualizados com a singularidade de cada história de vida (PAULA, et al., 2017, p. 396).

Fatores de risco descritos acima, aliados a uma sociedade regida por um sistema capitalista, consumista, onde você é o que você tem é o pano de fundo que incita à criminalidade como meio de se fazer pertencente ao grupo privilegiado que possui o tênis da hora, o celular da hora, a roupa da hora; mas também é, às vezes, o único meio que estes (as) adolescentes encontram para ajudarem no sustento de casa, fato que denota uma das inúmeras crueldades desencadeadas pela desigualdade social.

Discutir juntamente com os (as) adolescentes, a temática do consumismo é antes de tudo construir uma crítica ao sistema capitalista e escancarar as crueldades que a desigualdade social

inflige aos cidadãos menos favorecidos. É contribuir para que se fomente uma consciência crítica e desalienadora da sociedade e, nas palavras do educador Paulo Freire (2015), é exercer a “dialogicidade como prática da liberdade”.

Quanto à pergunta relativa ao Caminhos da Cidadania, os (as) adolescentes consideraram, hipoteticamente, que sim, os bonecos (amigos imaginários) gostavam do Programa e salientaram principalmente, a bolsa no valor de R\$ 190,00 como um dos componentes mais atrativos.

Num outro momento, após finalizar a atividade, houve um átimo de conversa informal com os(as) adolescentes, balizado pelas seguintes questões:

- Quais são as maiores dificuldades que vocês encontram no dia a dia?
- Vocês consideram que correm algum tipo de risco social?
- A participação no Programa tem ajudado vocês no dia a dia?
- O que vocês aprendem aqui e que podem levar para a vida de vocês?
- O que vocês mais gostam no Programa?
- O que vocês acham que poderia melhorar?

No decorrer da conversa, os (as) adolescentes elencaram, como principais fatores de risco, a violência (assalto, agressão física e verbal) e a exposição às drogas ilícitas. Em tópicos anteriores, verificou-se que tanto as vulnerabilidades materiais quanto as relacionais, podem agravar os fatores de risco social de determinado grupo e que a juventude periférica, sobretudo a juventude preta ou parda periférica (15 a 29 anos) é, de fato, o grupo que mais sofre violência letal, segundo dados estatísticos.

Paiva, et al. (2009), destacam que, por ser a adolescência uma fase de novas práticas comportamentais, muitos são expostos a vários fatores de risco, para as autoras:

Alguns destes comportamentos, geralmente estabelecidos durante a infância e a adolescência, incluem: consumo de cigarro, álcool e drogas; falta de atividade física; comportamento alimentar inadequado; comportamentos sexuais “descuidados”, que contribuem para a ocorrência de gravidez na adolescência e infecção por doença sexualmente transmissível (DST), inclusive a síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS); e situações que propiciam exposição à violência e lesões acidentais (PAIVA et al., 2009, p.131).

Sobre a percepção se o Programa os auxilia no dia a dia, a fala de uma das participantes chamou a atenção quando afirmou que sim, pois quando está nas atividades ‘não precisa arrumar a casa e nem ficar com o irmão’; outras respostas (a maioria) referiram-se à melhoria da convivência, do comportamento, do foco nos estudos.

A resposta sobre ‘não precisar arrumar a casa quando está participando do Programa ou não precisar cuidar do irmão’, remete a algumas hipóteses: ou simplesmente porque se desobriga e descansa de atividades corriqueiras e rotineiras, ou porque pode ocultar uma realidade complexa, ao assumir, de maneira obrigatória, todos os afazeres domésticos para ajudar os familiares que trabalham fora o dia inteiro. E dessa forma este tempo é roubado em detrimento de maior período para se dedicar aos estudos ou outras atividades mais prazerosas próprias da idade.

Rizzini (2016), em estudo intitulado “Pequenos trabalhadores do Brasil”, aborda aspectos históricos acerca do trabalho infantil, desde o século XIX até a década de 1990. A autora fala da exploração da mão de obra de crianças e adolescentes pobres em lavouras, indústrias têxteis, nas ruas como pequenos ambulantes, sempre com a justificativa de obterem renda extra para ajudar no sustento das famílias e, a depender da época, - século XIX e início do século XX-, endossada pelo Estado como solução para delinquência e abandono.

Neste retrospecto histórico, a autora aborda também a questão do trabalho doméstico, realizado principalmente por meninas em casas de famílias ou nas suas próprias casas. Segundo Rizzini (2016),

O trabalho dessas meninas é exaustivo e fundamental para a manutenção das famílias, já que representa a única opção de cuidado para com os filhos pequenos. Quando a mulher é chefe de família, sem a presença do companheiro, não há alternativa: ou os filhos trabalham para sustentar a mãe e os irmãos menores ou um dos filhos, às vezes uma menina, com pouco mais de cinco anos, ocupa o papel da mãe em casa. É um tipo de atividade que exige dedicação integral, o que impede a ida à escola (RIZZINI, 2016, p. 382).

A autora traz outras reflexões relacionadas ao campo da desigualdade social e da dicotomia existente entre possibilidades adequadas de estudo para ricos e para pobres e diz que no Brasil há clara distinção entre escolas para ricos e para pobres. Aos mais abastados, que podem pagar, há vastas opções de escolas particulares, bem equipadas, com infraestrutura física e com profissionais capacitados enquanto que crianças e adolescentes pobres frequentam escola pública, sucateada, financiada com poucos recursos públicos, com salas de aula, muitas vezes superlotadas e professores, muitos deles competentes e que desempenham um excelente trabalho, mas, em geral, desvalorizados pelo Estado e pela sociedade.

Soma-se a isso, toda sorte de mazelas sociais pelas quais passam estes estudantes para além dos muros escolares: alimentação inadequada, escassez de renda das famílias, problemas familiares com álcool e drogas – este último, no geral, atinge todas as classes, independente de

renda – mas cuja natureza e consequências são diversas devido ao contexto social e econômico bastante diferenciado, acrescido do já abordado trabalho precoce.

Além da ideologia do consumismo, o sistema capitalista dissemina uma ideologia meritocrática. Meritocracia diz respeito à concepção que exalta o esforço individual como a condição fundamental para o êxito pessoal em detrimento de fatores sociais, econômicos ou políticos¹². A questão é: como aceitar a meritocracia em um país que, no plano normativo se diz igualitário, equânime e plural, mas que nas narrativas diárias se revela mesquinho, seletivo e profundamente desigual? A realidade mostra uma distância entre a igualdade formal perante a lei e a igualdade substantiva, a que se materializa no cotidiano da vida das pessoas.

Assim, em uma realidade excludente, como colocar em pé de igualdade pessoas que desde a mais tenra idade experienciam a pobreza, a negação de direitos fundamentais com outras que desfrutam de todas as condições favoráveis ao desenvolvimento de suas potencialidades. Em outras palavras, como dizer a um pobre que ele tem as mesmas condições e possibilidades de desenvolvimento que um rico?

Diz uma afirmação que a inteligência não é distribuída da mesma forma como a renda e a encontramos em todas as classes sociais. Contudo, as condições para desenvolvê-la pesam e estão mais adstritas ao mesmo grupo que concentra a renda neste país. Por isso, faz-se tão necessária a implementação de políticas sociais de inclusão pela renda, como o bolsa família, fortalecimento da PNAS como política pública com a oferta de serviços por meio de CRAS, CREAS e outros equipamentos sociais como o SCFV- política social que prevê Programas como o Caminhos da Cidadania.

Quanto às respostas sobre o que mais gostam no Programa, alguns disseram que a convivência é legal, outros apontaram o lanche servido ao final de cada encontro como fator positivo e a maioria apontou a bolsa no valor de R\$ 190,00.

É importante ressaltar que o repasse da bolsa financeira aos (às) adolescentes, torna-se um incentivo a mais para que permaneçam no Programa pelos dois anos previstos. Além disso, constitui uma das seguranças afiançadas pelo SUAS¹³: a renda. Neste sentido, o Programa Caminhos da Cidadania, além de afiançar o convívio familiar e comunitário, também o faz em relação à segurança de renda ao estender ao (às)adolescentes uma bolsa mensal como

¹² Informações retiradas do Módulo Introdutório: Pobreza, Desigualdades, Educação. Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/index.html>. Acesso em fev./mar./abr. de 2019.

¹³Constituem-se como seguranças afiançadas pelo SUAS, a acolhida, o convívio familiar e comunitário, a renda, o desenvolvimento da autonomia e a sobrevivência a riscos circunstanciais.

instrumento de autonomia para os (as) mesmos (as), dispositivos que informam a normativa, ressaltadas as questões analíticas que discutimos sobre a realidade desses (as) adolescentes.

Uma crítica contundente a este incentivo financeiro refere-se ao seu valor que deveria ser reajustado, uma vez que, desde a publicação da Lei nº 4.737, de 29 de dezembro de 2011 que criou o Programa, o valor é o mesmo, ou seja, há quase uma década esse valor não é reajustado. A título de comparação, em 2011 o valor do salário mínimo no Brasil era de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais), e os R\$ 190,00 equivalia, à época, a 34,86 % do valor do salário mínimo. Já, em comparação ao salário mínimo de 2020, R\$ 1.045,00 (um mil e quarenta e cinco reais), a bolsa equivale, atualmente, a 18,1% desse valor, mostrando uma grande defasagem.

A título de comparação, outros programas e projetos voltados a adolescentes, como o Jovem Candango, programa do Governo Distrito Federal e o Aprendiz Legal, do CIEE, oferecem, em média dois terços do salário mínimo mensalmente, além de outros benefícios como vale-transporte, décimo terceiro e vale-refeição. Portanto, incrementar o valor da bolsa financeira oferecida no Programa Caminhos da Cidadania poderia contribuir para torná-lo mais atrativo aos (às) adolescentes.

Questionados sobre o que faziam ou o que pretendiam fazer com esse valor, algumas respostas foram: ‘comprar roupa’, ‘calçado’, ‘computador’, ‘vídeo game’, mas também ‘alimentos’, fato que denota o grau de vulnerabilidade socioeconômica das famílias dos (as) adolescentes participantes pois, mesmo com um valor tão baixo da bolsa, ainda precisam destinar uma parte para esse tipo de ajuda.

Na última atividade, solicitamos que expressassem, em uma palavra, o que significava o Programa em suas vidas. Algumas das palavras verbalizadas: ‘sabedoria’, ‘aprendizagem’, ‘convivência’, ‘companheirismo’, indicam uma visão positiva que os (as) mesmos (as) têm do Programa.

3.3 Análise dos Questionários Avaliativos¹⁴

Embora a observação e condução do Coletivo tenham sido ações metodológicas que possibilitaram a análise de muitos fatores concernentes aos (às) adolescentes participantes do Programa como se constata no tópico 3.2, a seguir é apresentada a compilação das respostas ao questionário avaliativo em complementação aos resultados das outras etapas metodológicas.

¹⁴ A construção do questionário avaliativo baseou-se em instrumentais do próprio Programa Caminhos da Cidadania que preveem a pesquisa de satisfação dos adolescentes participantes.

O questionário teve por objetivo promover a avaliação do Programa sob o ponto de vista dos (das) adolescentes participantes. Para tanto, os mesmos responderam a dez (10) perguntas fechadas e abertas como opções de respostas para cada questão. As questões 1, 2 e 3, descritas abaixo, combinam perguntas fechadas e abertas.

1. Você acha que sua participação no Caminhos da cidadania contribuiu para melhorar a relação com sua família? Justifique sua resposta.
2. Você acha que a sua participação no Caminhos da Cidadania contribuiu para melhorar seu comportamento e rendimento escolar? Justifique sua resposta.
3. Você acha que sua participação no Caminhos da Cidadania contribuirá para sua atuação em relação ao mundo do trabalho? Justifique sua resposta.
4. Anulada por problema na digitação.

As questões 5, 6, 7 e 8 foram do tipo fechada com opções de respostas, como a seguir se descreve.

5. Como você avalia os conteúdos/temas abordados no Caminhos da Cidadania?
Fraco () Regular () Bom () Ótimo ()
6. Como você avalia as atividades do Caminhos da Cidadania?
Fraco () Regular () Bom () Ótimo ()
7. Como você avalia o valor da bolsa de R\$ 190,00?
Fraco () Regular () Bom () Ótimo ()
8. Se não tivesse a bolsa, você continuaria frequentando o Programa Caminhos da Cidadania?
Sim () Não () Nada a declarar ()

A pergunta 9 teve o objetivo de complementar a questão 8, mas com a opção de múltipla escolha.

9. O que você costuma fazer com o dinheiro da bolsa?
() guarda uma parte do dinheiro
() compra coisas para você
() gasta com lazer e diversão
() compra coisas para sua família
() paga contas da sua família
() outros.

As questões 10 e 11 foram do tipo abertas:

10. O que você mais gosta no Programa Caminhos da Cidadania?
11. O que você acha que poderia melhorar no Programa Caminhos da Cidadania?

Do total de responsáveis, dezessete (17) assinaram o Termo de consentimento livre e esclarecido, autorizando a aplicação do questionário junto aos (às) adolescentes. Dos(as) que responderam, nove (9) eram do sexo masculino e oito (8) do feminino. Quanto à idade, dez (10) adolescentes com quinze (15) anos; quatro (4) com dezesseis (16) e três (3) com dezessete (17). Quanto ao ano escolar cursado, um (1) adolescente declarou estar no 7º ano do Ensino Fundamental (EF); dois (2) se encontram no 8º ano EF; seis (6) no 9º ano EF; e oito (8) no 1º ano do Ensino Médio.

Em relação à pergunta 1: Você acha que sua participação no Caminhos da Cidadania contribuiu para melhorar a relação com sua família?, treze (13) adolescentes responderam que sim e somente quatro (4) que não. Quanto às justificativas, as respostas descritas foram: ‘me ajudou a ser mais prestativo em casa’; ‘estou convivendo melhor com as pessoas’; ‘é bom e eu posso estar ajudando em casa’; ‘porque *trás* mais dinheiro pra casa’; ‘não tenho contato com minha família, moro com uma amiga’. Ressalta-se que nem todos (as) quiseram justificar suas respostas.

Das respostas, é fator positivo que a grande maioria dos adolescentes (13) deram resposta afirmativa quanto à melhoria do convívio com a família. Algumas justificativas elencadas para a pergunta, no entanto, carecem de maior reflexão. Uma delas é o fato de o convívio ter melhorado porque estão levando algum tipo de renda para casa e tal constatação só realça o que vem sendo colocado até o presente momento, a necessidade e premência dos (as) adolescentes em situação de vulnerabilidade social contribuírem financeiramente para o sustento da casa. A outra é a da adolescente de dezessete (17) anos que afirmou não ter contato com a família.

A PNAS prevê como eixo estruturante a matricialidade familiar. Por conseguinte, o SCFV, em complementação às ações executadas tanto nos CRAS quanto nos CREAS, tem como um de seus principais objetivos, fortalecer a função protetiva da família, contribuindo para a melhoria de sua qualidade de vida. De acordo com as Orientações Técnicas sobre o PAIF,

Para realizar o trabalho social com famílias, de forma a atender os pressupostos da PNAS, é indispensável que os técnicos ultrapassem o conceito de família “ideal”, assumindo a família “real”: lugar de cuidados e afeto, mas também de conflitos, diferenças, dificuldades e, por vezes, de violações de direitos. (BRASIL, 2012, p. 27)

Portanto, a problemática vivenciada pela adolescente de dezessete (17) anos a que nos referimos demanda uma intervenção no sentido de compreender as situações que ensejaram essa suposta fragilização ou rompimento de vínculos familiares, bem como a elaboração de

ações de proteção para a mesma, inclusive avaliando a possibilidade de restabelecimento dos vínculos familiares.

Quanto à pergunta 2: Você acha que sua participação no Caminhos da Cidadania contribuiu para melhorar seu comportamento e rendimento escolar?, doze (12) adolescentes responderam que sim, enquanto cinco (5) que não. Em relação às justificativas apontadas, verificaram-se respostas evasivas do tipo: ‘Sim porque ajuda muito em algumas coisas’; ‘ótimo’; ‘sim porque aprendi coisas novas’; outros deram respostas lacônicas, como: ‘no comportamento’; ‘na concentração’, que não permitem ilações sobre a contribuição do Programa para melhoria do comportamento e do rendimento escolar dos(as) adolescentes.

Sobre a pergunta 3: Você acha que a sua participação no Caminhos da Cidadania contribuirá para a sua atuação em relação ao mundo do trabalho?, dezesseis (16) adolescentes marcaram a opção sim e apenas um (1) marcou a opção não, fato que revela a tendência para uma avaliação positiva quanto à ênfase do Programa em relação à inserção profissional, destacada por um de seus eixos estruturantes: Orientação Profissional e Projeto de Vida, bem como a parceria entre o Programa e o CIEE, como se revela nas justificativas: ‘por conta das palestras que nos ajudam bastante’; ‘os nossos orientadores explicam e ensinam muito sobre isso’; ‘elas [as educadoras sociais] ensinaram muita coisa sobre o mundo do trabalho’; ‘sim, para saber novas informações sobre o mercado de trabalho’; ‘[sim] com o curso do CIEE agora’; ‘estou me desenvolvendo mais na comunicação’, dentre outras justificativas que apresentam uma percepção positiva dos (as) adolescentes nesse aspecto do mundo do trabalho e que, ao parecer, despertam maior motivação.

As perguntas 5 e 6 interrelacionam-se e dizem respeito à avaliação sobre temas e conteúdos abordados, respectivamente, no Programa Caminhos da Cidadania. De maneira geral, os adolescentes avaliam positivamente tais quesitos, uma vez que dezesseis (16) dos dezessete (17) adolescentes consideraram os conteúdos bons ou ótimos, contra apenas um (1) que avaliou os conteúdos como regular. O mesmo resultado se repetiu em relação à avaliação das atividades.

As perguntas 7, 8 e 9 também estão interrelacionadas e referem-se à bolsa financeira de R\$ 190,00 paga aos (às) adolescentes. Para tanto, dez (10) adolescentes, quando questionados sobre o valor pago, consideraram esse valor como bom ou ótimo, enquanto sete (7) adolescentes avaliaram este valor como fraco ou regular.

Aqui, ressalta-se mais uma vez a importância da contrapartida financeira do Programa, pois a bolsa de R\$190,00, mesmo que seja um valor baixo, contribui para pelo menos uma

relativa autonomia financeira dos (as) adolescentes, auxiliando-os (as) nas despesas pessoais e/ou na ajuda financeira de suas famílias.

Sobre a questão 8: Se não tivesse a bolsa, você continuaria frequentando o Programa Caminhos da Cidadania?, oito (8) responderam que sim; três (3) que não e seis (6) assinalaram a opção ‘nada a declarar’.

Questionados, na pergunta 9, sobre o que costumam fazer com o dinheiro da bolsa, na questão de múltipla escolha, as opções com maior frequência foram, em ordem decrescente: ‘compra coisas para si’ (12), ‘guarda uma parte do dinheiro’ (6) e: ‘compra coisas para sua família’ (5).

Na questão aberta 10: O que você mais gosta no Programa Caminhos da Cidadania?, os(as) adolescentes deram respostas variadas do tipo: ‘a interação e a ajuda’; ‘os conhecimentos que são passados’; ‘trabalhos em grupo’; ‘a bolsa’, respondida por sete (7) dos(as) adolescentes. Sobre a pergunta 11: O que você acha que poderia melhorar no Programa Caminhos da Cidadania?, os (as) adolescentes apontaram: ‘as bolsas atrasadas’; ‘o lanche servido’; ‘a sala’; ‘o ambiente’.

Vale ressaltar que tais sugestões de melhorias do Programa, por parte dos (das) adolescentes, fazem sentido. Tal afirmação ancora-se nas observações empíricas advindas do contato profissional estabelecido com o CECON Ceilândia Norte, seus socioeducandos inscritos, bem como seus familiares.

Recorrentemente a bolsa é repassada aos (às) adolescentes com atraso (de até 3 meses). Quanto ao lanche servido, a SEDES terceiriza este serviço que geralmente é composto de um suco industrializado, um salgado e uma fruta. Levando-se em consideração que, dada a situação de vulnerabilidade social dos (das) adolescentes participantes, muitas vezes, em suas residências, os mesmos não dispõem de uma alimentação nutritiva e balanceada. Portanto, poderia haver um empenho em melhorar a qualidade nutricional dos lanches servidos pensando na saúde e qualidade de vida de seus participantes.

Em relação ao ambiente onde é desenvolvido o Programa, as instalações do CECON Ceilândia Norte são antigas, com salas escuras, paredes de pré-moldado de cimento, pouco arejadas, as instalações elétricas ficam expostas e já houve casos de infestações causadas por pulgas. Inclusive tais instalações, no ano de 2020, serão desativadas e o CECON passará a funcionar na mesma unidade do CRAS Ceilândia Norte, que possui um espaço físico com a infraestrutura mais adequada.

Vimos que o diálogo entre a(as) educadora(as) social(ais) condutora(as) do grupo e os (as) adolescentes é de fundamental importância, pois as conversas fornecem relevantes

informações sobre temas de seus interesses e que perpassam suas vidas tais como: sexualidade, relações de raça e de gênero, relações de consumo, conflitos familiares que estejam vivenciando, dentre outras questões. Evidencia-se também a relevância conferida por esses(as) adolescentes à questão do primeiro emprego, fato que é ratificado pela inserção precoce destes (as) no mercado de trabalho, muitas vezes impelidos(as) a abandonarem os estudos.

Após o relato analítico deste exercício prático do Programa Caminhos da Cidadania, passemos para as Considerações finais deste estudo.

Considerações finais

A elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), requisito parcial para obtenção da Especialização em Políticas Públicas, Infância, Adolescência e Diversidade (EPPIJD), oferecida pelo Ceam/UnB, possibilitou a análise do Programa Caminhos da Cidadania, seus avanços e desafios, e qual impacto social causa na vida dos(as) adolescentes participantes, aspiração de algum tempo como profissional que trabalha e se interessa pela temática.

A partir da metodologia adotada, organizamos o estudo em diferentes capítulos sobre as políticas de assistência social, o Programa Caminhos da Cidadania, a discussão conceitual de Adolescência, Cidadania, Risco e Vulnerabilidade Social e o que chamamos de ‘exercício prático’ do Programa, cujo suporte teórico metodológico possibilitou oferecer, nesta conclusão, algumas questões que julgamos importantes e que não se esgotam em si mesmas.

Esclarecemos dessa forma que não há resposta conclusiva, pois avaliamos que seria necessária a ampliação do presente estudo, não só incluindo um universo maior de adolescentes participantes como, e principalmente os egressos (as) do Programa, além de depoimentos de seus responsáveis. Contudo, consideramos que, apesar de pequena, a amostra é elucidativa de características sociais e econômicas de um segmento adolescente da população e possibilitou a reflexão esperada sobre o Programa Caminhos da Cidadania e sobre a vida dos(as) adolescentes de maneira mais sistematizada.

Como avanço, verificamos que o Programa configura-se como um espaço de acolhida e de diálogo e que deve ter mais incentivo para cumprir, de forma efetiva, um de seus objetivos, o de “assegurar convivência e proteção social e promover a defesa e afirmação dos direitos à emancipação, autonomia e cidadania, propiciando aprendizagens que são construídas na interação entre os sujeitos e o contexto social, cultural, econômico e histórico em que estão inseridos”.

Ao analisar os documentos norteadores do Programa, verificou-se que tanto os objetivos, como seus eixos estruturantes e temas transversais são consonantes com o disposto nas políticas de assistência social e estão alinhados com questões mais palpitantes relativas à adolescência: mundo do trabalho, projeto de vida e participação cidadã. Não obstante, é importante afirmar que, ao favorecer um espaço para ouvir a voz dos(as) participantes, os(as) mesmos(as) oferecem valiosas pistas para discutir temas de seus interesses.

Assim, informações valiosas apresentadas pelos(as) adolescentes referem-se à importância do trabalho em suas vidas, às questões de gênero, desigualdade de raça e cultura

do consumismo. Tais temáticas, se bem trabalhadas pelos profissionais envolvidos, podem aportar um universo amplo e plural de conhecimentos os quais os (as) adolescentes levarão para suas vidas de forma mais crítica e consciente. Nesse sentido, sugere-se a incorporação dos temas identidade de raça, sexualidade e consumismo aos temas transversais já propostos.

A despeito da relevante parceria do Programa com o CIEE em relação ao mundo do trabalho, uma outra questão, relativa à educação, suscita reflexão: a educação diferenciada oferecida a ricos e pobres. Estudiosos que se debruçam sobre tal discussão são enfáticos em afirmar que a população pobre é incentivada, desde cedo, a conciliar trabalho e estudo, quase sempre em detrimento deste último.

Aos(às) adolescentes pobres são oferecidos cursos técnicos (quando são oferecidos), que podem lhes garantir uma inserção no mundo do trabalho, mas em postos que não exijam qualificação e, por conseguinte, de menor remuneração, desestimulando a continuidade dos estudos. Em contrapartida, aos (às) adolescentes das classes mais abastadas são oferecidas todas as condições para que somente estudem e possam frequentar boas universidades, vislumbrando carreiras de formação superior. Torna-se necessário pois, uma visão mais inclusiva para que adolescentes das camadas mais vulneráveis da população possam, também, vislumbrar um futuro que abarque além do trabalho, a continuidade dos estudos.

Outra questão subjacente ao Programa, e que carece de maior atenção para seu avanço, refere-se ao valor da bolsa financeira que, desde 2011, não é reajustado e que é bem mais baixo do que o de outras bolsas financeiras concedidas a adolescentes em outros programas e projetos, tais como o CIEE e o Jovem Candango, por exemplo.

A sua ampliação para um universo maior de participantes também deveria ser tema de proposição, visto que, somente na R.A Ceilândia-DF, o número de adolescentes compreendidos na faixa-etária de quinze (15) a dezenove (19) anos aproxima-se de quarenta mil (40.000) de acordo com dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) 2018- Ceilândia. Atualmente, nesta RA, funcionam apenas dois (2) Coletivos do Programa Caminhos da Cidadania: este, do presente estudo e outro executado no CECON Guariroba. Levando-se em consideração que os dois juntos estejam com sua lotação máxima preenchida: sessenta (60) adolescentes participantes, este número não representa sequer 0,5% da população adolescente da Ceilândia, na faixa compreendida entre 15 e 19 anos.

Portanto, garantir a execução e aprimoramento do Programa Caminhos da Cidadania como política de Estado é imperativo para assegurar mecanismos de proteção social ao público adolescente, sobretudo o mais vulnerável que vivencia uma realidade adversa e acesso deficitário às diversas políticas públicas. Ademais, conclui-se que o presente estudo fornece

pistas para sua ampliação ao trazer novas inquietações na busca incessante que caracteriza o processo do conhecimento científico.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, M., *et.al.* **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ABRAMOVAY, M., *et.al.* **Juventude e sexualidade.** Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

ARAÚJO, C. M.; LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S. Significações sobre desenvolvimento humano e adolescência em um projeto socioeducativo. **Educação em Revista**, 26(3), 2010, P. 169-194. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n3/v26n3a09.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

BAUMAN, Z. **Vida Líquida**; tradução Carlos Alberto Medeiros. 2.ed.-Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan. 2005. ISSN 1806-5023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: 22 jan. de 2020.

BORGES, E; MEDEIROS, C.A; d'ADESKY, J. (org.). **Racismo, preconceito e intolerância.** São Paulo: Atual, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Presidência da República- Casa Civil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **A assistência social é uma política pública; um direito de todo cidadão que dela necessitar.** Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/o-que-e>. Acesso em: 05 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **PNAS e NOB-SUAS.** Disponível em: http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/pnas-2004-e-nobsuas_08-08-2011.pdf/view. Acesso em: 03 maio 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 03 maio 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**, v. 1, 1ª ed., 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Curso de Especialização- Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Módulo Introdutório: Pobreza, Desigualdades, Educação.** Disponível em: <http://egpbf.mec.gov.br/modulos/intro/index.html>. Acesso em: fev./mar./abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE.** Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/sistema-nacional-de-atendimento-socioeducativo-sinase>. Acesso em: 23 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República- Casa Civil. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm. Acesso em: 08 jul. 2020.

BRASÍLIA. Lei nº 4.737, de 29 de dezembro de 2011. Estabelece critérios e parâmetros para suplementação do Programa Bolsa-Família, na forma do Plano DF sem Miséria, e dá outras providências. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/70270/Lei_4737_29_12_2011.html. Acesso em: 03 jul. 2020.

BRASÍLIA. Secretaria de Desenvolvimento Social. Portaria nº 202, de 23 de dezembro de 2016. Disciplina os procedimentos operacionais para implantação do PROGRAMA CAMINHOS DA CIDADANIA, instituído pelo artigo 6º, da Lei nº 4.737, de 29 de dezembro de 2011. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/042e7ee74a724b11a46ff027e05829ff/sedestmidh_prt_202_2016_rep.html. Acesso em: 03 de jul. 2020.

BRASÍLIA. Secretaria de Desenvolvimento Social. **Orientações Técnicas e Metodológicas para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no Distrito Federal.** Brasília, 2014.

BRASÍLIA. Secretaria de Desenvolvimento Social. **Caderno do Educador Social- Traçado Metodológico**, 1ª ed. Brasília, 2016.

CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios-PDAD 2018 -Ceilândia.** Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Ceil%C3%A2ndia.pdf>. Acesso em: 16 jul.2020.

COSTA, M.C.O; *et.al.* Sexualidade na adolescência: desenvolvimento, vivência e propostas de intervenção. **Jornal de Pediatria.** Rio de Janeiro, v. 77, p. 217-224. Suplemento. 2, 2001. Disponível em: <http://www.jped.com.br/conteudo/01-77-s217/port.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CARVALHO, J.M de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

D'ADESKY, Jacques. **Racismos e Anti-Racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

FALEIROS, V. de P. Infância e processo político no Brasil. *In*: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (org.). **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 33-96.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em 3 mai. 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O Longo combate às desigualdades sociais**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=711. Acesso em: 26 nov. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Estudos e Pesquisas**. Informação Demográfica e Socioeconômica, nº41,2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015- Coordenação de Trabalho e Rendimento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social?. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, 28 dez. 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321527332009>. Acesso em: 28 fev. 2020.

LOPES, R.E. *et.al.* Adolescência e Juventude de Grupos Populares Urbanos no Brasil e as Políticas Públicas: apontamentos históricos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.23, p. 114–130, set. 2006. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4933/art08_23.pdf. Acesso em: 3 mai. 2019.

LUIZ, L.T. A ideologia do consumismo. **Colloquium Humanarum**, São Paulo, v. 3, n.2, p.39-44, dez. 2005.

MARTINS, C. B de G; SOUZA, S. P. S de. Adolescente e Sexualidade: as possibilidades de um projeto de extensão na busca de uma adolescência saudável. **Avances en enfermería**, Colombia, v. XXXI, n. 1, p. 170-176, 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/77268648>. Acesso em: 05 mar. 2020.

MONTEIRO, S. R da R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v.17, n. 2, p. 29-40, jul.-dez.2011. Disponível em: <https://docplayer.com.br/40317461-O-marco-conceitual-da-vulnerabilidade-social.html>. Acesso em: 18 dez. 2019.

MOURA, E. B. B. de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. *In*: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999, p.259-288.

OLIVEIRA, B. R. G; ROBAZZI, M. L. do C. C. O trabalho na vida dos adolescentes: alguns fatores determinantes para o trabalho precoce. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.9, n.3, p. 83-89, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692001000300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 mar. 2020.

OXFAM-BRASIL. **A Distância que nos une- um retrato da realidade brasileira**. Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/>. Acesso em: 12 jul. 2020.

PAIVA, A. B; *et.al.* Jovens: Morbimortalidade, Fatores de Risco e Políticas de Saúde. *In*: CASTRO, J. A de; AQUINO, L. M. C de; Carla Coelho de ANDRADE, C. C de. (org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**, Brasília: Ipea, 2009, p. 131-147.

PASSETTI, E. Crianças Carentes e Políticas Públicas. *In*: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 347-375.

PAULA, A. da S. de; *et.al.* Perfil sociográfico de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. **Sociedade em Debate**, v.23, n. 1, p. 393-410, 2017. Disponível em: <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/1424/1018>. Acesso em: 26 mar. 2020.

PESCUMA, D.; CASTILHO, A. P. F de. **Trabalho acadêmico- o que é? Como fazer?: um guia para sua elaboração**. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B (org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2013.

PIZA, E. Adolescência e racismo: uma breve reflexão. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 1., 2005, São Paulo: **Anais online** Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000100022&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 12 mar. 2020.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, F. (Org.). **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. *In*: DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 376-406.

RODRIGUES, D. S.; LOPES DE OLIVEIRA, M. C. S. Psicologia Cultural e Socioeducação: Reflexões sobre desenvolvimento humano e infração juvenil. **Revista Subjetividades**, v. 16, n.1, p.104-118, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rs/v16n1/09.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

SILVA, M. B. O da; FLAIN, V.S. Capitalismo e Consumismo: os Desafios do Consumo Sustentável na Sociedade Contemporânea. **Revista da Ajuris**, v.44, n. 143, p. 357-378, 2017. Disponível em: <http://ajuris.kinghost.net/OJS2/index.php/REVAJURIS/article/view/621/Ajuris143DT14>. Acesso em: 23 jul. 2020.

SOUZA, T. Y. de; LOPES DE OLIVEIRA, M. C.; RODRIGUES, D. S. Adolescência como fenômeno social. Contextualização socioeconômica das adolescências brasileiras. *In*: BISINOTO C. (org.). **Docência na Socioeducação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2014, p.115-145. Disponível em: <https://docenciasocioeducacaounb.wordpress.com/sobre/material-livros/>. Acesso em: 12 out. 2019.